

Trabalho, Cuidado e Saúde Mental nos CAPS: Uma Revisão Integrativa da Literatura

Raphaella Stephannie Rosa Magalhães*

Orcid.org/0000-0003-1273-790X

Manuella Castelo Branco Pessoa

Orcid.org/0000-0003-3523-8708

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia,
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as vivências das trabalhadoras dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com foco nas relações entre trabalho produtivo e reprodutivo. Para tal, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, que contemplou 27 artigos publicados nos últimos 10 anos, entre 2015 e 2025, selecionados nas bases SciELO, LILACS e Periódicos CAPES, conforme as diretrizes PRISMA e utilizando o termo “CAPS” para a seleção dos estudos. Foram incluídos artigos científicos escritos em português, de caráter empírico ou teórico, que dialogaram com o objetivo deste artigo. A análise evidenciou que essas trabalhadoras enfrentam sobrecarga e precarização das condições laborais, associadas à intensificação das jornadas e à desvalorização das práticas de cuidado. As imbricações de gênero, raça e classe revelou-se central para compreender os desafios enfrentados por essas profissionais, frequentemente invisibilizadas nas discussões institucionais. O estudo evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam melhores condições de trabalho e reconheçam a centralidade dessas mulheres na produção do cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: CAPS, gênero, trabalho produtivo, trabalho reprodutivo, revisão integrativa.

Work, Care, and Mental Health in Psychosocial Care Centers (CAPS): An Integrative Literature Review

Abstract

This article aims to analyze the experiences of female workers in Psychosocial Care Centers (CAPS), focusing on the relationships between productive and reproductive work. To this end, an integrative literature review was carried out, encompassing 27 articles published over the last 10 years, between 2015 and 2025, selected from the SciELO, LILACS, and CAPES Journals databases, following PRISMA

* Correspondência: Rua Antônio Bezerra Paz, 177, Bodocongó, Campina Grande, PB, Brasil. Tel.: (83) 98811-1241. E-mail: raphaella98@gmail.com.

guidelines and using the term “CAPS” to select the studies. Scientific articles written in Portuguese, whether empirical or theoretical, that aligned with the objectives of this study were included. The analysis revealed that these workers face work overload and precarious labor conditions, associated with intensified working hours and the devaluation of care practices. The intersections of gender, race, and class proved central to understanding the challenges faced by these professionals, who are often rendered invisible in institutional discussions. The study highlights the need for public policies that promote better working conditions and recognize the central role of these women in the production of mental health care.

Keywords: CAPS, gender, productive labor, reproductive labor, integrative review.

Trabajo, Cuidado y Salud Mental en los CAPS: Una Revisión Integrativa de la Literatura

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar las vivencias de las trabajadoras de los Centros de Atención Psicosocial (CAPS), con énfasis en las relaciones entre el trabajo productivo y el reproductivo. Para ello, se realizó una revisión integrativa de la literatura, que abarcó 27 artículos publicados en los últimos 10 años, entre 2015 y 2025, seleccionados en las bases SciELO, LILACS y Periódicos CAPES, siguiendo las directrices PRISMA y utilizando el término “CAPS” para la selección de los estudios. Se incluyeron artículos científicos escritos en portugués, de carácter empírico o teórico, que dialogaran con el objetivo de este estudio. El análisis evidenció que estas trabajadoras enfrentan sobrecarga y precarización de las condiciones laborales, asociadas a la intensificación de las jornadas y a la desvalorización de las prácticas de cuidado. Las intersecciones de género, raza y clase resultaron centrales para comprender los desafíos que enfrentan estas profesionales, frecuentemente invisibilizadas en los debates institucionales. El estudio evidencia la necesidad de políticas públicas que promuevan mejores condiciones de trabajo y reconozcan el papel central de estas mujeres en la producción del cuidado en salud mental.

Palabras clave: CAPS, género, trabajo productivo, trabajo reproductivo, revisión integrativa.

Este artigo teve como objetivo identificar, a partir de uma revisão integrativa da literatura, as vivências em relação ao trabalho produtivo e reprodutivo de trabalhadoras de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A revisão integrativa da literatura se trata de um método de pesquisa que reúne e organiza o conhecimento disponível sobre um tema específico, com o propósito de identificar, analisar e sintetizar os resultados de pesquisas independentes relacionadas à mesma questão, proporcionando assim uma compreensão ampla e atualizada do assunto abordado (Souza et al., 2010). Nesse sentido, entendeu-se que esta seria adequada para alcançar o objetivo deste artigo.

A compreensão do trabalho das mulheres na saúde mental exige uma abordagem que articule categorias analíticas e suas imbricações de gênero, classe, raça e trabalho. Pensando que a política em questão foi delimitada em território brasileiro, entende-se a necessidade de um olhar localizado e histórico. Nesse cenário, torna-se necessário mobilizar aportes teóricos da literatura nacional que possibilitem compreender como se deu a inserção das mulheres no mundo do trabalho para além de uma perspectiva descritiva, considerando os processos históricos e sociais que contribuíram para tal inserção.

Saffioti (2004), ao analisar a estrutura da sociedade brasileira sob a ótica do materialismo

histórico-dialético, desenvolveu uma compreensão aprofundada acerca da articulação entre gênero, classe e raça na produção e reprodução das desigualdades sociais, evidenciando a diversidade dos impactos dessas determinações na vida das mulheres. Sua análise permite compreender como tais categorias operam de forma indissociável, estruturando relações de poder que incidem tanto nas condições materiais de existência quanto nas experiências cotidianas femininas.

Nesse sentido, Saffioti (2013) argumenta que o patriarcado, elemento histórico anterior ao capitalismo, opera de maneira articulada com o modo de produção capitalista, constituindo um eixo central na reprodução da divisão sexual do trabalho que subalterniza e desvaloriza as atividades tradicionalmente atribuídas às mulheres. Com a crescente inserção feminina no mercado de trabalho, essa divisão passa a se expressar por meio da sobrecarga das mulheres, que acumulam responsabilidades no espaço doméstico, correspondente ao trabalho reprodutivo, e nas atividades profissionais, relativas ao trabalho produtivo, sem que haja uma valorização equitativa entre essas esferas. No caso das trabalhadoras da política de saúde mental, essa sobreposição de papéis pode ser ainda mais intensa, dada a natureza do cuidado exigido por esses serviços e as condições laborais frequentemente precarizadas em que estão inseridas. Uma vez que o trabalho desenvolvido nos Centros de Atenção Psicossocial demanda um investimento contínuo afetivo, relacional e emocional, que extrapola as prescrições formais das funções e amplia as exigências impostas às trabalhadoras. Inseridas em contextos de vínculos instáveis, sobrecarga de demandas, equipes reduzidas e recursos institucionais limitados, essas profissionais acumulam responsabilidades que atravessam tanto o espaço do trabalho produtivo quanto o do trabalho reprodutivo, reproduzindo a lógica da disponibilidade permanente historicamente atribuída às mulheres. Tal configuração intensifica o desgaste físico e psíquico, ao mesmo

tempo em que invisibiliza o cuidado como trabalho qualificado, reforçando a naturalização da sobrecarga feminina e evidenciando como as desigualdades de gênero, articuladas às de classe e raça, estruturam o cotidiano laboral na política de saúde mental.

A esse debate soma-se Kergoat (2009), cuja abordagem se fundamenta na noção de relações sociais de sexo como estruturantes da organização social do trabalho. Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho não é apenas uma distribuição desigual de tarefas entre os sexos, mas uma forma de organização das relações sociais que hierarquiza e normatiza as posições ocupadas por homens e mulheres. Nesse sentido, é abordada a questão da sexualidade social do trabalho, por meio da qual o trabalho é atravessado por lógicas de gênero que naturalizam a disposição feminina ao cuidado, à empatia e à dedicação, elementos frequentemente mobilizados na configuração dos serviços de saúde mental (Kergoat, 2009). Assim, a presença predominante de mulheres nesses espaços não é aleatória: ela responde a uma lógica social que associa o cuidado à feminilidade, ao mesmo tempo em que desvaloriza tais atividades, tanto simbólica quanto materialmente.

Complementarmente, Hirata (2016, 2021) evidencia as imbricações entre trabalho produtivo e reprodutivo nas vivências femininas, demonstrando como a divisão social e sexual do trabalho produz uma sobreposição contínua de tarefas e responsabilidades que extrapola as fronteiras entre o espaço público e o privado, conformando jornadas extensas, fragmentadas e frequentemente invisibilizadas. Essa formulação é particularmente elucidativa para a compreensão do trabalho nos serviços de saúde mental, nos quais o cuidado, a escuta e a afetividade constituem dimensões centrais da prática profissional, mas permanecem socialmente desvalorizadas em razão de critérios de reconhecimento ainda pautados por uma racionalidade androcêntrica, produtivista e tecnicista, que privilegia a produção capitalista em detrimento das dimensões relacionais do trabalho.

Nesse contexto, o cotidiano das trabalhadoras da política de saúde mental é atravessado por múltiplas camadas de exigências que se articulam às suas trajetórias familiares e laborais, reforçando a lógica de jornadas sobrepostas, da disponibilidade permanente e da intensificação do trabalho, especialmente em cenários marcados por vínculos precários e sobrecarga de demandas, produzindo impactos significativos sobre a saúde física e psíquica dessas profissionais. No campo específico da saúde mental, a análise do trabalho nos CAPS deve ser situada no contexto mais amplo da força de trabalho em saúde no Brasil, marcada por fortes desigualdades estruturais de gênero. Segundo dados do Ministério da Saúde (2023) as mulheres representam a maioria da força de trabalho nos setores de saúde, sendo mais de 2,1 milhões de profissionais na rede pública, o que corresponde a cerca de 74% da força de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) revelam que, de modo geral, o rendimento médio das mulheres no mercado de trabalho brasileiro permanece inferior ao dos homens, cerca de 78% do rendimento masculino, e que as mulheres estão concentradas em ocupações de cuidado e serviços sociais, historicamente desvalorizadas.

Esses indicadores reforçam que a predominância feminina nos serviços de saúde, incluindo os CAPS e a atenção psicossocial, ocorre em um contexto estrutural de desvalorização do trabalho de cuidado, precarização dos vínculos e desigualdade remuneratória, o que contribui para a invisibilidade das demandas específicas dessas trabalhadoras e para os impactos sobre sua saúde física e mental, sublinhando a importância de uma análise crítica que articule gênero, classe e raça.

Passos (2018) tem contribuído de forma significativa para compreender os impactos do trabalho produtivo e reprodutivo na vida das profissionais, categorias analíticas centrais que expressam dimensões historicamente construídas da divisão social e sexual do trabalho. Para Saffioti (2013), o trabalho produtivo correspon-

de às atividades inseridas na lógica do mercado e da produção de valor econômico, enquanto o trabalho reprodutivo abrange o conjunto de tarefas necessárias à reprodução da vida social, incluindo o trabalho doméstico e o cuidado, realizados majoritariamente pelas mulheres e sistematicamente desvalorizados.

Hirata (2016, 2021) aprofunda essa análise ao evidenciar que tais dimensões não se apresentam de forma separada na experiência concreta das mulheres, mas articuladas e sobrepostas, configurando jornadas extensas e frequentemente invisibilizadas. Essas conceituações estão ancoradas em representações sociais que associam o cuidado à maternidade e ao suposto instinto materno, naturalizando-o como atributo feminino e contribuindo para sua invisibilização enquanto trabalho, tanto no espaço doméstico quanto no campo profissional. Nesse sentido, o trabalho de cuidado emerge como uma questão central de gênero, cuja desvalorização sustenta a precarização das condições de trabalho e a intensificação das sobrecargas vivenciadas pelas mulheres. Passos (2018) analisa como as imbricações de gênero, raça e classe repercutem no cuidado e na valorização das práticas relacionais e os desafios de conviver com as contradições e os limites impostos pela precarização do trabalho, pela sobrecarga e pela responsabilização individualizada das trabalhadoras frente às falhas estruturais do sistema público de saúde. De forma aprofundada, Passos (2018) evidencia que as mulheres são alvo de uma expectativa permanente de disponibilidade, empatia e resiliência, o que acarreta implicações diretas para sua saúde mental e física. Além disso, ressalta como a naturalização da vocação feminina para o cuidado legitima relações assimétricas e práticas institucionais que pouco reconhecem o sofrimento das próprias trabalhadoras.

Dessa forma, a análise do trabalho produtivo e reprodutivo das profissionais permite problematizar não apenas a organização do trabalho em si, mas também os modos como se é vivenciado, sentido e ressignificado por aquelas que o

realizam. É a partir dessa problematização que se delineiam as questões norteadoras deste estudo, as quais orientam a análise crítica da literatura e buscam contribuir para a ampliação do debate sobre gênero, classe, raça e trabalho em saúde mental.

Nesse sentido, este estudo parte das seguintes perguntas de pesquisa:

1. Como o trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tem sido abordado na literatura científica?
2. Quais são as principais condições, características e desafios do trabalho nos CAPS evidenciados pelos estudos analisados?
3. De que maneira as produções científicas discutem o trabalho nos CAPS a partir das categorias de gênero, classe e raça?

Pretende-se com este artigo contribuir no sentido de evidenciar as formas pelas quais as desigualdades de gênero, classe e raça atravessam o cotidiano de trabalho das mulheres que atuam na política de saúde mental, particularmente em serviços como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Ao situar essas desigualdades no âmbito da organização, das condições e dos processos de trabalho, evidencia-se a centralidade da divisão sexual e racial do trabalho na desvalorização do cuidado e na precarização dos vínculos laborais (Hirata, 2016, 2021; Saffioti, 2013).

Além disso, o artigo busca apontar possibilidades de atuação profissional e institucional a partir de uma perspectiva de gênero, comprometida com a problematização que atravessam o trabalho em saúde mental, com a valorização do cuidado enquanto prática socialmente necessária e com a defesa de condições dignas de trabalho, em consonância com uma Psicologia crítica e eticamente implicada com a transformação das relações sociais (Passos, 2018).

Dessa forma, pretende-se subsidiar reflexões e intervenções que contribuam para o fortalecimento de práticas profissionais e políticas institucionais sensíveis às desigualdades estruturais, capazes de promover tanto a saúde das

trabalhadoras quanto a qualificação do cuidado ofertado no campo da atenção psicossocial.

Método

A pesquisa foi realizada entre os meses de junho e julho de 2025 e foi composta por toda a literatura relacionada ao tema, tendo como resultado 27 artigos publicados nos últimos 10 anos (2015-2025), disponíveis nas bases de dados SciELO, Periódicos CAPES e LILACS. Além disso, como principal ferramenta de suporte metodológico, foram utilizadas as diretrizes dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA). O PRISMA consiste em um fluxograma de quatro etapas, que facilita a visualização do processo e dos resultados da pesquisa (Moher et al., 2009).

Para a seleção dos artigos foi utilizado o termo “CAPS”, a dimensão de gênero não foi utilizada como critério exclusivo de busca por meio de descritores, mas incorporada como eixo analítico na etapa de leitura e análise dos estudos selecionados. Para tanto, procedeu-se à leitura integral dos artigos incluídos na revisão, com o objetivo de identificar e analisar como as produções científicas abordavam, explícita ou implicitamente, as questões de gênero, bem como suas articulações com classe e raça, à luz do arcabouço teórico adotado no presente estudo. E, como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos nos quais o descritor de pesquisa estivesse presente no título, nos termos de assunto e/ou no resumo, fossem de caráter empírico ou teórico, com metodologia científica válida, escritos em português, e publicados entre 2015 e 2025. A estratégia de busca foi construída a partir da combinação de palavras-chave relacionadas ao trabalho em saúde mental e aos Centros de Atenção Psicossocial, utilizando operadores booleanos para ampliar e refinar os resultados, de modo que o termo “CAPS” obteve a maioria dos resultados, contemplando as produções que abordassem o trabalho, as condições laborais e os processos de cuidado no âmbito dos CAPS. Optou-se por excluir dissertações de mestrado

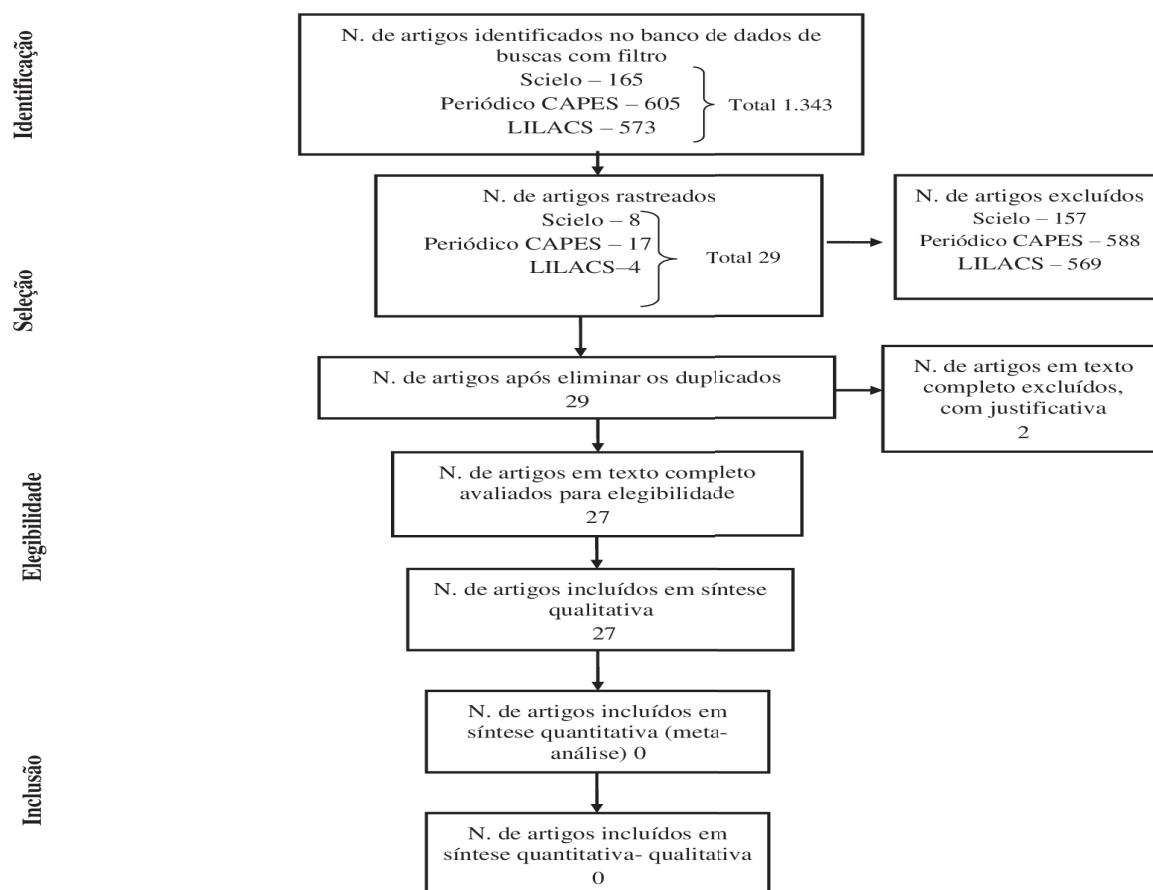
e/ou doutorado, revistas científicas, livros e notícias sem revisão por pares, mesmo que contivessem os descritores de pesquisa no título, nos termos de assunto e/ou no resumo.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, e a identificação final dos artigos que integrariam a revisão sistemática da literatura, chegou-se à seleção de 27 artigos. Na base de dados SciELO foram encontradas 165 publicações, de modo que, seguindo os critérios de inclusão e exclusão, respectivamente, 157 estudos foram excluídos e apenas 7 publicações foram

incluídas na presente revisão. Na base de dados LILACS foram encontrados 573 estudos, seguindo os mesmos critérios, sendo 569 publicações excluídas e 3 incluídos na revisão. Por fim, na base de dados Periódico CAPES se obteve 605 estudos dos quais 586 foram excluídos e 17 incluídos na revisão sistemática.

Como resultado dessa seleção, foram incluídos 27 artigos na revisão sistemática da literatura. A seguir, apresenta-se o fluxograma PRISMA para esclarecer o processo metodológico das etapas da RSL:

Figura 1
Fluxograma PRISMA



Nota. Fonte: Fluxograma de quatro etapas – PRISMA, adaptado de Moher et al. (2009).

Ao analisar o fluxograma de seleção dos estudos, observa-se uma menor incidência de estudos que abordem de forma específica o perfil racial das trabalhadoras de saúde mental, bem como estudos que desenvolvam a questão de

gênero de maneira aprofundada. Esses resultados devem ser compreendidos com base nos critérios metodológicos adotados na revisão, mas também sinaliza a necessidade de ampliação das abordagens analíticas no campo, especialmente

no que se refere à incorporação sistemática das categorias de raça, classe e gênero nas análises sobre o trabalho nos CAPS. Entre os 27 artigos incluídos na revisão, destaca-se o foco sobre a precarização, sobrecarga e exploração no ambiente de trabalho, além de como as relações laborais, as dinâmicas de poder e a divisão sexual do trabalho podem afetar a saúde dessas trabalhadoras.

Para apreciação do material acessado a partir dos artigos, foi realizada uma análise de conteúdo temática (Bardin, 2016) que, conforme descrito por Gomes (2002) e Minayo (2004), é composta por três etapas: a pré-análise (seleção dos critérios de inclusão/exclusão e leitura preliminar do material), a exploração do material e o tratamento dos dados (leitura completa dos textos previamente selecionados), e, por fim, a etapa de interpretação (análise das imbricações entre o trabalho produtivo e reprodutivo). A etapa inicial de pré-análise e seleção dos artigos nas respectivas bases de dados foi conduzida de maneira independente e sistemática por dois pesquisadores.

Nesse processo, os estudos foram primeiramente identificados pelos títulos que correspondiam aos descritores de busca e, em seguida, pela análise dos resumos de forma eletrônica. Após a conclusão dessa primeira fase, prosseguiu-se para a exploração do material e o tratamento dos resultados, em que cada pesquisador realizou a leitura completa dos estudos e selecionou os artigos para a revisão. Em seguida, foi realizada a etapa de interpretação dos estudos selecionados, com base no consenso entre os pesquisadores.

Resultados e Discussões

O que a Literatura tem Mostrado?

A tabela a seguir apresenta os 27 artigos inseridos na revisão, contendo informações essenciais como o título, os autores e a instituição a que estão vinculados. A lista inclui diversas instituições de ensino e pesquisa, refletindo a diversidade de perspectivas e experiências dos autores envolvidos, com destaque para a região sudeste e nordeste:

Tabela 1

Lista de Artigos Selecionados

Título	Autores	Instituição
Processo de produção de cuidado à crise em Rede de Atenção Psicossocial	Constantinidis et al. (2021)	UFES
A Reforma Psiquiátrica Brasileira e a Criação dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS)	Calsavara, e Marques (2017)	UFTM e FAMERP
Narrativas de uma experiência profissional, artística e pedagógica em oficinas do CAPS.	Sulczinski e Zamperetti (2023)	UFRGS e UFPEL
Relato de experiência de uma psicóloga em um CAPS AD, de Fortaleza-CE.	Chaves Banhos e Miessa Ruiz (2023)	UECE
A perspectiva dos profissionais sobre o processo de alta de pacientes do Caps-AD: critérios e dificuldades	L. L. P. da Silva et al. (2019)	UAM e UNIFESP
A precarização do trabalho e a saúde dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial	Y. L. Q. Santos et al. (2023)	USP e UFU
Ações de trabalhadores de um centro de atenção psicossocial: perspectiva da fenomenologia social	Nasi et al (2015)	UNIRIO e UFRGS

Avaliação da satisfação e sobrecarga de trabalho dos trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial	Clementino et al. (2018)	UFCG, UFRN, UFRJ e UEPB
Competências em saúde mental sob a ótica de profissionais de saúde que atuam em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Soares et al. (2021)	UFG e USP
Desafios na operacionalização dos projetos terapêuticos singulares nos centros de atenção psicossocial	N. dos S. Silva et al. (2020)	UFG e UFU
Impactos psicossociais do trabalho na saúde mental de profissionais em um Centro de Atenção Psicossocial no interior do Ceará	Alves e Lavor (2021)	UFC
O trabalho de equipes interdisciplinares nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	Bezerra et al. (2018)	UFCG, UEPB e UFPB
O impacto da sobrecarga de trabalho e a satisfação do trabalhador em saúde mental	Buessio e Barbosa (2019)	FMB/UNESP
Oficinas terapêuticas: percepção de trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial	Farias et al. (2018)	UFPEL
Processo de trabalho e saúde mental: percepções de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial	Nunes e Torres (2023)	UFBA e ESP/CE
Processos de trabalho dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial: revisão integrativa	Pinho et al. (2018)	UFG
Saúde mental da equipe multiprofissional de Centro de Atenção Psicossocial durante enfrentamento de crises inerentes ao trabalho	Rosa et al. (2021)	UNICAMP, UFMA, PUC-MG e USP
Concepções de Profissionais de Saúde Mental acerca de Atividades Terapêuticas em CAPS	Constantinidis et al. (2018)	UFES e UFSCAR
O trabalho multiprofissional nos Centros de Atenção Psicossocial de São Paulo	Jafelice e Marcolan (2018)	UNIFESP
Satisfação e sobrecarga na atuação de profissionais em saúde mental	Fidelis et al. (2021)	UNESP
Trabalho e riscos de adoecimento na Atenção Psicossocial Territorial: implicações para a gestão do cuidado em saúde mental	Lima et al. (2023)	UECE
Trabalho multiprofissional e integralidade do cuidado na percepção dos profissionais do CAPS	Jafelice et al. (2024)	UNIFESP
Análise das implicações profissionais de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial do interior do Nordeste brasileiro	Pinheiro et al. (2022)	UFRN e UFSCAR
Centros de atenção psicossocial da Bahia: vínculos empregatícios	Bispo et al. (2016)	UCSAL e USP
O Imaginário de Profissionais Sobre o Cuidado à Família no CAPS AD	Carias e Granato (2025)	PUC/SP
Os desafios da atenção psicossocial regionalizada	C. C. dos Santos et al. (2025)	UFPR
Representações do Apoio Matricial Em Saúde Mental dos Profissionais da Atenção Primária à Saúde	Cláudio et al. (2025)	UNESC

Através dessa tabela podemos destacar que a maioria das pesquisas sobre o trabalho e a saúde mental dos profissionais nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tem sido produzida por instituições públicas. Esses estudos abordam aspectos cruciais, como as condições de trabalho, a sobrecarga de tarefas e os impactos psicossociais nas equipes multiprofissionais que atuam nos CAPS. A análise desses trabalhos revela a preocupação com as consequências da carga de trabalho sobre a saúde mental dos/as trabalhadores/as, bem como a necessidade de um cuidado integrado e interdisciplinar no atendimento aos usuários.

Nesse sentido, a predominância de universidades públicas na produção acadêmica relacionada ao tema reflete o papel essencial dessas instituições na formação de profissionais e na contribuição para o aprimoramento das políticas públicas de saúde mental, buscando melhorar tanto as condições de trabalho quanto a qualidade do cuidado oferecido nos centros de atenção psicossociais.

Caracterização das Participantes

Na caracterização dos participantes dos estudos analisados, observou-se que, entre os 27 artigos, há um predomínio do perfil feminino, em média 85% mulheres, com idade entre 23 e 40 anos (Bispo et al., 2016; Clementino et al., 2018; Fidelis et al., 2021), possuindo contrato do tipo emergencial/temporário, com renda de até três salários-mínimos (Buessio & Barbosa, 2019; Chaves Banhos & Miessa Ruiz, 2023; Farias et al., 2018). Vale ressaltar que poucos dos artigos versam sobre o perfil racial dos participantes, porém alguns destacam o predomínio das mulheres brancas. Contudo, a temática de gênero não é abordada de maneira destacada, nem é considerada um atravessamento importante nas discussões apresentadas, pois versa sobre os/as trabalhadores/as de forma generalista, sem evidenciar o gênero.

Legislação que Versa sobre a Saúde Mental no Brasil

Calsavara e Marques (2017) e Constantinidis et al. (2021) recorrem à legislação brasileira para contextualizar a atividade de trabalho na área da saúde mental. Através da Constituição Federal de 1988, a questão da saúde foi estabelecida como um dever do Estado e com o engajamento de diversos grupos em prol do movimento sanitário nacional, foi implementada a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS). Outros marcos significativos enfatizados incluem o movimento da Reforma Psiquiátrica e a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil (Lei 10.216/2001), que resultaram na institucionalização da Política Nacional de Saúde Mental, consolidando diretrizes discutidas desde os anos 1970 e 1980 para modificar o tratamento de pessoas com transtornos mentais e romper com o modelo manicomial.

A Lei 10.216 é destacada pelos autores como uma conquista fundamental, pois garantiu os direitos das pessoas com transtornos mentais e promoveu a substituição gradual dos hospitais psiquiátricos por uma rede de atenção psicossocial. Essa legislação preconiza que o tratamento deve ocorrer preferencialmente em serviços comunitários, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e incentiva a reinserção social dos usuários. O foco, portanto, passou a ser a desinstitucionalização, a redução das internações prolongadas e o incentivo ao cuidado em liberdade, sempre respeitando a dignidade e os direitos humanos dos usuários (Calsavara & Marques, 2017; Constantinidis et al., 2021).

Além disso, Calsavara e Marques (2017) e Constantinidis et al. (2021) citam o movimento da Reforma Psiquiátrica como crucial para humanizar os tratamentos e promover uma política de saúde mental mais inclusiva e cidadã. No entanto, é importante ressaltar que, apesar desses avanços, as pessoas com transtornos mentais ainda enfrentam estigmatização. Diante disso, no ano de 1987 surgiram as primeiras iniciati-

vas concretas para reformular a assistência em saúde mental com a criação do primeiro CAPS no Brasil, localizado em São Paulo (Ministério da Saúde, 2005). Os CAPS se tornaram elementos-chave na política de Saúde Mental, atuando como dispositivos estratégicos dentro de uma rede integrada de serviços que inclui atenção básica, Residências Terapêuticas, ambulatórios e centros de convivência. Essa Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi instituída pela Portaria GM nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (Ministério da Saúde, 2011), com o objetivo de oferecer um cuidado mais humanizado e acessível, promovendo acompanhamento contínuo e a reinserção social de indivíduos com transtornos mentais.

Organização do Trabalho e Atividade na Política de Saúde Mental

Sobre a temática da organização do trabalho e da atividade dos profissionais, os autores Calsavara e Marques (2017) destacam que foi possível observar que os CAPS têm proporcionado uma melhora considerável para as pessoas com transtornos mentais, sendo a terapia comunitária um dos métodos utilizados. A implementação desses centros tem contribuído não apenas para o alívio dos sintomas, mas também para o fortalecimento dos laços familiares e sociais, promovendo a reintegração e inclusão desses indivíduos em suas comunidades.

Atuar nesses espaços, especialmente em um CAPS, exige atenção às múltiplas forças sociais que permeiam os sujeitos. Conforme destacado por Sulczinski e Zamperetti (2023), no relato de experiência em um CAPS AD III, é fundamental compreender que o trabalho não se limita ao atendimento de um grupo de indivíduos, os usuários. Ele também envolve a interação com forças institucionais e estruturais poderosas que regulam, controlam e, em muitos casos, suprimem os corpos presentes nesse contexto.

Nesse sentido, Chaves Banhos e Miessa Ruiz (2023) destacam as limitações do fazer clínico através do relato de experiência dos profissionais da psicologia que, mesmo diante dos desmontes

que as políticas públicas sofreram nos últimos anos, ainda veem como possível a constituição de uma prática clínica voltada para o social que, ao acolher o sofrimento de maneira singular, não se submeta à lógica de poder e normalização dos corpos ditos doentes ou desviantes.

Nesse sentido, Constantinidis et al. (2018) apontam que o relato dos/as profissionais exemplifica a posição de alguns que, apesar de apoiarem a desinstitucionalização, ainda se guiam por padrões de normalidade. Isso resulta na falta de envolvimento do usuário com os serviços oferecidos, evidenciando uma falha em relação a essa normalidade. Esse padrão classificatório está enraizado no paradigma das instituições psiquiátricas, no modelo biomédico e na discrepância entre o discurso e a prática dos profissionais, em que ressurgem a mentalidade manicomial. Com esse contexto, as atividades terapêuticas tendem a ser definidas pelo tecnicismo, e o processo dito terapêutico nessas instituições tem sua aplicabilidade comprometida, uma vez que deveria ser um campo de competência em saúde mental sustentado por práticas interdisciplinares e des-tituíntes.

Buesso e Barbosa (2019) trazem uma análise mais ampliada dos relatos desses/as trabalhadores/as, destacando como pontos positivos do serviço o vínculo com os pacientes, a humanização do cuidado, o acolhimento, a eficácia dos tratamentos, o aprendizado contínuo e as atividades grupais. Já entre os aspectos negativos, mencionam a falta de autonomia, de pessoal especializado e de supervisão, o comprometimento desigual na equipe, a sobrecarga de trabalho, a ausência de plano de carreira, as condições inadequadas de trabalho, salários baixos e a burocracia excessiva.

As ações das trabalhadoras abrangem tanto o espaço do CAPS quanto o contexto social mais amplo. No CAPS, suas atividades focam no atendimento a usuários e famílias, estabelecimento de vínculos, impacto das políticas públicas municipais, relações com a equipe, supervisão de estágio e combate ao estigma da saúde mental. Além disso, as trabalhadoras des-

tacam que, com suas ações, esperam prevenir crises e evitar o agravamento dos transtornos mentais dos usuários. Alguns enfatizam a importância de esclarecer que os resultados do tratamento serão percebidos no futuro. O objetivo central é reduzir a sintomatologia dos transtornos, promover a recuperação da saúde mental e melhorar a qualidade de vida dos usuários. Na comunidade, destacam-se a articulação entre o CAPS e a atenção básica, além de outras ações voltadas para a saúde mental comunitária (Nasi et al., 2015). O atendimento oferecido nos CAPS inclui um acolhimento adequado, levando em conta os motivos que levam os usuários a procurarem o serviço. A avaliação psicossocial envolve identificar as demandas apresentadas, sinais e sintomas evidentes, além de considerar o contexto do usuário em seu território e suas redes de apoio. Para que essa avaliação seja eficaz, é fundamental a articulação entre diversos profissionais e serviços, a fim de compreender as reais necessidades, desejos e expectativas da pessoa, da família e do território. A falta de metas terapêuticas claras no planejamento das atividades pode resultar em ações que não correspondem às demandas e necessidades dos usuários, além da possibilidade de evocar ruídos entre os profissionais.

Além disso, é importante destacar que a atuação dos profissionais juntamente com a família também é um desafio, principalmente em momentos de crise. Como afirmam Carias e Granato (2025) vários profissionais em sua pesquisa sobre o CAPS AD destacaram a sensação de estar sempre apagando incêndios por contas das crises que os usuários apresentavam e estavam afetando o seio familiar. Diante dessas situações, os profissionais se deparam com falta de formação adequada para lidar com as famílias que se encontram em sofrimento agudo (Carias & Granato, 2025).

Nesse contexto, a organização do trabalho e as relações profissionais são impactadas pelas condições adversas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), incluindo a falta de insumos e materiais, a inadequação e irregularidade das

instalações, bem como problemas de acústica e mobiliário. Esses fatores não apenas dificultam a gestão em saúde mental, mas também afetam a saúde mental das pessoas que ali trabalham. A situação está ligada à adoção dos princípios neoliberais, à flexibilidade dos contratos de trabalho e à redução do financiamento dos serviços públicos do SUS, seguindo as diretrizes do mercado privado, que demanda alta produção com o mínimo de recursos investidos. Nesse cenário, a intensificação dos processos de trabalho se torna necessária para alcançar as metas de produção, como consultas, prescrições e encaminhamentos, resultando em uma pressão constante sobre os profissionais e comprometendo a qualidade do atendimento. Isso cria um ciclo em que a busca por eficiência se sobrepõe às condições adequadas de trabalho e ao cuidado integral dos pacientes (Lima et al., 2023).

Dificuldades Encontradas

Diante dos avanços apresentados também é importante destacar as dificuldades de uma rede ampla e complexa como a RAPS. Como destacam Constantinidis, et al. (2021), a precariedade do sistema de saúde mental não é consequência da ineficácia do modelo de atenção, mas sim da insuficiência de recursos financeiros para garantir a efetividade do cuidado em rede. O financiamento inadequado do SUS e a disputa entre interesses públicos e privados na formulação de políticas e modelos de gestão também contribuem para essa fragilidade.

Em corroboração a isso, C. C. dos Santos et al. (2025), ao abordar os profissionais que trabalham no CAPS AD III adulto e na unidade AD III infantojuvenil, destacaram os relatos da equipe sobre as dificuldades decorrentes de uma ampla abrangência territorial e da desorganização dos municípios sob sua referência, somadas à escassez de serviços de saúde mental com os quais pudessem articular o cuidado, o que gera uma descontinuidade do cuidado em rede.

Como possível solução para as fragilidades na rede de atenção à saúde mental, Cláudio et al. (2025) discutem a percepção dos profissio-

nais sobre o apoio matricial, entendido como uma estratégia de atuação horizontal entre equipes da atenção básica e serviços especializados. Fundamentado no diálogo, essa atuação busca superar barreiras entre diferentes formações profissionais e níveis de atuação, incluindo a gestão, favorecendo intervenções mais integradas e efetivas no território.

Além dos elementos sociais do contexto social-político-econômico dos usuários, temos as condições de trabalho desses profissionais que atuam na esfera da saúde mental. Isso fica evidente nos relatos dos profissionais de um CAPS III em Minas Gerais, como Y. L. Q. Santos et al. (2023) apontam que os depoimentos dos entrevistados revelam frustração e descontentamento com a organização do trabalho e a gestão nos serviços de saúde mental, bem como recorrente sobrecarga física e emocional, agravada pela precariedade das condições materiais e pela sensação de desvalorização profissional. Embora tratem das vivências de forma geral, esses achados permitem uma leitura a partir da perspectiva de gênero, considerando que tais condições incidem de modo mais intenso sobre as mulheres, maioria nesses espaços laborais, especialmente nas atividades de cuidado, historicamente desvalorizadas. Essa análise dialoga com as contribuições de Hirata (2016, 2021), Kergoat (2009) e Saffioti (2013) sobre a divisão sexual do trabalho e a feminização do cuidado.

Em concordância com esses relatos temos também discurso semelhante abordado pelo estudo de Clementino et al. (2018) nos Centros de Atenção Psicossocial do interior paraibano, no qual a análise dos discursos evidenciou uma sobrecarga no trabalho dos profissionais de saúde dos CAPS, resultante tanto das condições inadequadas, como a falta de pessoal e materiais, quanto da organização prescritiva das atividades e de um distanciamento por parte da gestão. Além disso, ficou evidente nesses estudos a insegurança e vulnerabilidade advinda do tipo de regime trabalhista predominante nos CAPS, que se expressa nos contratos temporários ou emergenciais.

Os relatos acessados nos artigos indicam desgaste emocional ao lidarem com as dificuldades diárias, como a falta de alimentação adequada para os pacientes e a escassez de materiais para oficinas terapêuticas. A maioria desses profissionais ocupam cargos temporários, o que os leva a aceitar as condições impostas pela gestão municipal, dificultando o reconhecimento do próprio adoecimento e a prática de autocuidado. Embora o SUS tenha passado por melhorias no atendimento multidisciplinar, essa falta de percepção entre saúde mental e trabalho permanece um problema. Isso compromete não apenas a qualidade do serviço oferecido, mas também a saúde dos profissionais, que muitas vezes não se veem como adoecidos e não buscam o apoio necessário (Alves & Lavor, 2021; Bispo et al., 2016; Pinheiro et al., 2022; Rosa et al., 2021). A sobrecarga de trabalho é considerada um fator que contribui para o adoecimento dos profissionais, resultando em estresse, frustrações e desvalorização, que são características do sistema capitalista que exige que o trabalhador seja polivalente. É crucial revisar a abordagem do trabalho, integrando a prática clínica com a ideia de trabalho como um direito e uma proposta concreta. A alta rotatividade de profissionais, juntamente com a falta de recursos humanos e materiais, prejudica a formação de vínculos entre os profissionais e entre estes e os usuários, enfraquecendo a essência do trabalho em saúde, que se baseia na colaboração mútua. Esses vínculos e trocas são essenciais para a produção de saúde, que ocorre não apenas através da atuação individual, mas também no encontro entre sujeitos que possibilitam uma abordagem em saúde além do que é instituído.

A falta de recursos humanos e materiais compromete a realização de atividades que beneficiariam os usuários. Além disso, a falta de entendimento sobre o funcionamento de cada serviço, como a atenção especializada dos CAPS, prejudica a comunicação e a eficácia dos encaminhamentos dentro da Rede de Atenção Psicossocial do município. As dificuldades ao recomendar a alta envolvem, por-

tanto, não apenas aspectos relacionados aos profissionais e à dinâmica dos pacientes, mas também os obstáculos na coordenação entre o CAPS e a rede de apoio durante o processo de encaminhamento (Farias et al., 2018; Nunes & Torres, 2023; Pinho et al., 2018; L. L. P. da Silva et al., 2019).

Além disso, Fidelis et al. (2021), ao utilizar as Escala para Avaliação da Satisfação de Profissionais em Serviços de Saúde Mental (SATIS-BR) e a Escala para Avaliação da Sobrecarga dos Trabalhadores em Serviços de Saúde Mental (Impacto-BR) puderam verificar que os dados indicavam que os/as trabalhadores/as enfrentaram maior sobrecarga em: cansaço após o expediente, frustração com os resultados alcançados, sobrecarga pelo contato frequente com os pacientes, além de sintomas depressivos e estresse ao lidar com pessoas com distúrbios mentais. Por outro lado, sentiram-se menos sobrecarregados/as em relação à possibilidade de mudar de área, considerando que isso poderia ser menos estressante. Também foram observadas poucas solicitações de afastamento devido ao excesso de trabalho, poucas menções ao medo de agressão durante o expediente e menos queixas sobre problemas de sono ou saúde causados pelo estresse.

Formação e Competências Mobilizadas

De acordo com Soares et al. (2021) tem-se presente nos relatos dos profissionais sobre a participação em grupos de estudos, cursos, capacitações e educação continuada a ausência de um Programa de Educação Permanente em Saúde formalmente institucionalizado nas unidades onde atuam. Entre os desafios mencionados, destacam-se as fragilidades que afetam o desenvolvimento de competências em saúde mental, como uma certa ausência da gestão e supervisão técnica adequadas. Embora o SUS tenha promovido mudanças na organização dos serviços, a gestão continua sendo um problema recorrente. Outro ponto crítico apontado é a precariedade da estrutura física e das condições de trabalho. Apesar dessas dificuldades, as autoras percebe-

ram na fala dos/as profissionais que o trabalho no CAPS proporciona um ambiente favorável às relações interpessoais, contribuindo para sua satisfação, descrevendo seu trabalho com termos como “encantador”, “agradável”, “apaixonante” e “prazeroso”.

Coletivos e Cooperação

Embora existam dificuldades relacionadas ao trabalho em equipe, emerge nos artigos a importância e a necessidade do trabalho coletivo. Essa cooperação entre os profissionais também possibilita superar as contradições inerentes à própria organização do trabalho (Bezerra et al., 2018; N. dos S. Silva et al., 2020).

Jafelice e Marcolan (2018) identificaram o trabalho de integração disciplinar como uma oportunidade para compartilhar o cuidado entre os membros da equipe, “dividir a carga”, desenvolver práticas mais fundamentadas e ampliar o aprendizado. Esses autores enfatizam que a integração disciplinar e a integralidade do cuidado devem transcender os limites dos serviços de saúde, abrangendo outros pontos da rede de saúde, intersetoriais e os espaços urbanos, o que é crucial para que os usuários possam circular e assumir novos papéis e modos de viver. Além disso, as propostas de atuação multi, inter e transprofissional não se restringem à mera coexistência de diferentes áreas profissionais nesses serviços. Essas abordagens podem ser aprimoradas por meio de investimentos na formação dos profissionais de Saúde Mental e na promoção do trabalho em rede e do Apoio Matricial, visando garantir que as mudanças na atenção transcendam os espaços físicos e promovam transformações nas mentalidades. Também se destaca a relevância das decisões políticas para a Reforma Psiquiátrica e a implementação eficaz da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), uma vez que a presença dos CAPS sozinha não é suficiente para superar o paradigma psiquiátrico, tendo em vista que esses interesses notadamente estão voltados para o individualismo e a lógica produtiva do capitalismo (Jafelice et al., 2024).

Desafios e Melhorias na Rede de Saúde Mental

Os estudos evidenciam a necessidade de aprimoramento na estrutura física dos serviços de saúde mental para garantir um atendimento de qualidade. A insatisfação relacionada à falta de continuidade no cuidado oferecido às pessoas com transtornos mentais na Atenção Primária à Saúde é um ponto crítico, amplamente influenciado pelas dificuldades de integração entre os serviços disponíveis na comunidade. Para abordar esses desafios, é essencial implementar um processo de avaliação contínua, que possibilite a identificação de fragilidades e potencialidades. Essa abordagem permitirá o planejamento de ações estratégicas para melhorar o desempenho da equipe de trabalho e, consequentemente, a qualidade do atendimento prestado aos pacientes.

O debate trazido por autoras como Hirata (2016) e Saffioti (2004), contribui para a compreensão das relações de poder e desigualdades de gênero no campo do trabalho em saúde, destacando que as imbricações de gênero, raça e classe se desdobram e se consolidam nas condições precárias a que estão submetidas as trabalhadoras, frequentemente expostas a jornadas intensas, múltiplas atribuições e escassa valorização institucional.

É necessário, portanto, a implementação efetiva das políticas públicas vigentes como uma estratégia que visa não apenas aprimorar as condições organizacionais e estruturais da rede do SUS, mas também reconhecer a importância de sua força de trabalho. Isso inclui a revisão dos processos de gestão do cuidado em saúde mental, assim como melhorias no financiamento e nas condições ocupacionais e contratuais legais para os/as trabalhadores/as, como a efetivação, que são fundamentais para a efetividade dos serviços. Esse aprimoramento é essencial para promover um atendimento mais humano e integrado, refletindo o compromisso com a saúde mental da população.

A escassez de estudos que abordam sobre a vivência das trabalhadoras em saúde mental

representa uma limitação importante para a pesquisa, evidenciando a necessidade de maior investimento nesse campo. A saúde das profissionais que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) é essencial, pois as exigências das jornadas de trabalho, frequentemente marcadas por múltiplas funções e altos níveis de estresse, podem afetar seu bem-estar físico e emocional (Kergoat, 2009). É crucial implementar condições de trabalho adequadas e políticas de suporte que priorizem a saúde dessas profissionais, valorizando tanto a eficácia no atendimento quanto o autocuidado. Essa atenção não só beneficia as trabalhadoras, mas também melhora a qualidade do cuidado oferecido aos usuários dos CAPS, criando um ciclo positivo de saúde e bem-estar para a equipe e a comunidade atendida.

Conclusão

A partir da revisão integrativa da literatura, foi possível identificar que os estudos analisados convergem ao apontar a predominância feminina nos Centros de Atenção Psicossocial, a recorrência de vínculos laborais precários, especialmente contratos temporários e emergenciais, e a intensificação das demandas de trabalho, associadas à escassez de recursos materiais e humanos. Esses elementos são descritos na literatura como fatores que contribuem para a sobrecarga física e emocional das trabalhadoras e para a desvalorização do trabalho de cuidado no campo da saúde mental.

Além disso, observou-se que, embora as produções abordem aspectos relacionados às condições e à organização do trabalho nos CAPS, a incorporação das categorias de gênero, raça e classe ocorre de forma ainda incipiente, o que contribui para a invisibilização das demandas específicas das mulheres que atuam nesses serviços.

As categorias de gênero, raça, classe e trabalho mostraram-se centrais no referencial teórico que orientou este estudo; contudo, a revisão integrativa evidenciou que tais imbricações são pouco aprofundadas na literatura analisada. Em-

bora os estudos descrevam de forma consistente a precarização, a sobrecarga e o sofrimento no trabalho nos CAPS, a discussão sobre como a lógica patriarcal e capitalista estrutura essas experiências ainda aparece de maneira incipiente, configurando temáticas importante a serem exploradas por pesquisas futuras.

A literatura analisada evidencia que, embora essas profissionais estejam na linha de frente do cuidado, suas vivências são marcadas por questões trabalhistas fragilizadas, ausência de reconhecimento e limitações estruturais que comprometem tanto o cuidado oferecido quanto à saúde das trabalhadoras. Há um apagamento sistemático das desigualdades de gênero e raça nas discussões institucionais e acadêmicas sobre o trabalho em saúde mental, o que reforça a urgência de pesquisas e políticas que valorizem essas dimensões.

Portanto, para garantir um cuidado em saúde mental verdadeiramente integralizado, é imprescindível reconhecer e enfrentar as desigualdades que atravessam o cotidiano das trabalhadoras dos CAPS. Isso inclui desde o fortalecimento das políticas públicas, a valorização do trabalho do cuidado, a formação permanente e o suporte institucional, até a construção de condições laborais dignas e sustentáveis, que respeitem os direitos e a saúde das profissionais.

Contribuição das autoras

Raphaella Stephannie Rosa Magalhães: conceitualização, curadoria de dados, análise e produção da discussão dos resultados, redação do rascunho, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Manuella Castelo Branco Pessoa: conceitualização, metodologia, redação do rascunho, redação da revisão final e edição, supervisão, validação, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesses relacionado à publicação deste manuscrito.

Referências

- Alves, W. de L., & Lavor, T. L. de, Filho. (2021). Impactos psicossociais do trabalho na saúde mental de profissionais em um Centro de Atenção Psicossocial no interior do Ceará. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 10(3), 429–441. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v10i3.4055>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bezerra, E. B. N., Silva, E. F. da, Máximo, T. A. C. de O., & Melo, J. S. V. B. de. (2018). O trabalho de equipes interdisciplinares nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 169–188. <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38115>
- Bispo, J. C., Molesini, J. A. O., & Pitta, A. M. F. (2016). Centros de Atenção Psicossocial da Bahia: Vínculos empregatícios. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 40(3). <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2016.v40.n3.a2461>
- Buesso, T. S., & Barbosa, G. C. (2019). O impacto da sobrecarga de trabalho e a satisfação do trabalhador em saúde mental. *Saúde (Santa Maria)*, 45(2), 1–13. <https://doi.org/10.5902/2236583429678>
- Calsavara, V. J., & Marques, B. B. (2017). A Reforma Psiquiátrica Brasileira e a criação dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics*, 7(1), 80–91. [https://doi.org/10.17063/bjfs7\(1\)y201780](https://doi.org/10.17063/bjfs7(1)y201780)
- Carias, A. R., & Granato, T. M. M. (2025). O imaginário de profissionais sobre o cuidado à família no CAPS AD. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e270977. <https://doi.org/10.1590/1982-370300327097>
- Chaves Banhos, T., & Miessa Ruiz, E. (2023). Relato de experiência de uma psicóloga em um CAPS AD, de Fortaleza-CE. *Cadernos ESP*, 17(1), e1095. <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/1095>
- Cláudio, L., Gonzalez, F. A., Souza, R. S. de, Pecinalli, R. dos S. M., Rodrigues, L. A., & Rodrigues, A. de F. M. (2025). Representações do apoio matricial em saúde mental dos profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Nursing Edição Brasileira*, 29(320), 10489–10497. <https://doi.org/10.36489/nursing.2025v29i320p10489-10497>

- Clementino, F. S., Miranda, F. A. N., Martiniano, C. S., Marcolino, E. C., Pessoa, J. M., Jr., & Fernandes, N. M. S. (2018). Avaliação da satisfação e sobrecarga de trabalho dos trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial. *Revista FundCare Online*, 10(1), 153–159. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v10i1.153-159>
- Constantinidis, T. C., Belotti, M., Taño, B. L., Silva, C. M., & Leão, A. (2021). Processo de produção de cuidado à crise em Rede de Atenção Psicossocial. *Psicologia em Pesquisa*, 15(2), 1–28. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.29302>
- Constantinidis, T. C., Cid, M. F. B., Santana, L. M., & Renó, S. R. (2018). Concepções de profissionais de saúde mental acerca de atividades terapêuticas em CAPS. *Trends in Psychology*, 26(2), 911–926. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-14Pt>
- Farias, I. D., Thofehn, M. B., Porto, A. R., & Kantorski, L. P. (2018). Oficinas terapêuticas: Percepção de trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial. *Journal of Nursing and Health*, 7(3). <https://doi.org/10.15210/jonah.v7i3.10109>
- Fidelis, F. A. M., Barbosa, G. C., Corrente, J. E., Komuro, J. E., & Papini, S. J. (2021). Satisfação e sobrecarga na atuação de profissionais em saúde mental. *Escola Anna Nery*, 25(3), e20200309. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0309>
- Gomes, R. (2002). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. de S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Hirata, H. (2016). *Trabalho, gênero e subjetividade*. Boitempo.
- Hirata, H. (2021). *Gênero, classe e raça: Interseccionalidades e resistências*. Boitempo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>
- Jafelice, G. T., & Marcolan, J. F. (2018). The multiprofessional work in the psychosocial care centers of São Paulo State. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 2131–2138. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0300>
- Jafelice, G. T., Ziliotto, G., & Marcolan, J. F. (2024). Trabalho multiprofissional e integralidade do cuidado na percepção dos profissionais do CAPS. *Psicologia em Estudo*, 29, e54902. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v29i1.54902>
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67–75). Editora UNESP.
- Lima, I. C. S., Sampaio, J. J. C., & Ferreira, A. R., Jr. (2023). Trabalho e riscos de adoecimento na Atenção Psicossocial Territorial: Implicações para a gestão do cuidado em saúde mental. *Saúde em Debate*, 47(139), 878–892. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313911>
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (10. ed.). Hucitec.
- Ministério da Saúde. (2005). Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. In Organização Pan-Americana da Saúde, *Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf
- Ministério da Saúde. (2023). *Ministério da Saúde realiza primeira oficina do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/ministerio-da-saude-realiza-primeira-oficina-do-programa-nacional-de-equidade-de-genero-raca-e-valorizacao-das-trabalhadoras-no-sus>
- Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. (2011). *Portaria n. 3.088 de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Douglas G. Altman, D. A., & The PRISMA Group. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>

- Nasi, C., Tocantins, F. R., Camatta, M. W., & Schneider, J. F. (2015). Actions of workers in a psychosocial care center: A social phenomenological perspective. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 14(4), 481–488. <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/4531>
- Nunes, T. D., & Torres, A. C. S. (2023). Work process and mental health: Perceptions of workers at a Psychosocial Care Center. *Research, Society and Development*, 12(8), e1712842808. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i8.42808>
- Passos, R. A. (2018). *Clínica e política nos dispositivos de saúde mental: Os efeitos do trabalho na vida das trabalhadoras*. UFRJ.
- Pinheiro, E. M. N., Borges, F. A., Lima, N. M. F. V., & Severo, A. K. de S. (2022). Análise das implicações profissionais de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial do interior do Nordeste brasileiro. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 26, e210449. <https://doi.org/10.1590/interface.210449>
- Pinho, E. S., Souza, A. C. S., & Esperidião, E. (2018). Processos de trabalho dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial: Revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(1), 141–152. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.08332015>
- Rosa, S. C. D., Reis, M. J. dos, Fernandes, M. N. de F., & Chaves, M. (2021). Saúde mental da equipe multiprofissional de Centro de Atenção Psicossocial durante enfrentamento de crises inerentes ao trabalho. *Research, Society and Development*, 10(11), e298101119554. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19554>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Expressão Popular.
- Santos, C. C. dos., Santos, D. V. D. dos., Dias, M. K., Carpinelli, L. P., Gonçalo, S. L., & Stefanello, S. (2025). Os desafios da atenção psicossocial regionalizada. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 29, e240486. <https://doi.org/10.1590/interface.240486>
- Santos, Y. L. Q., Navarro, V. L., & Elias, M. A. (2023). A precarização do trabalho e a saúde dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 26, e-190114. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.190114>
- Silva, L. L. P. da., Almeida, A. B. de., & Amato, T. de C. (2019). A perspectiva dos profissionais sobre o processo de alta de pacientes do Caps-AD: Critérios e dificuldades. *Saúde em Debate*, 43(122), 819–835. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912213>
- Silva, N. dos S., Sousa, J. M., Nunes, F. C., Farinha, M. G., & Bezerra, A. L. Q. (2020). Desafios na operacionalização dos projetos terapêuticos singulares nos Centros de Atenção Psicossocial. *Psicologia em Estudo*, 25, e49996. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.49996>
- Soares, J. P. B., Silva Pereira, E. R., & Lima, J. R. (2021). Competência em saúde mental na perspectiva de profissionais de saúde que atuam em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). *Itinerarius Reflectionis*, 17(1), 1–22. <https://doi.org/10.5216/rir.v17i1.62845>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102–106. [10.1590/S1679-45082010RW1134](https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134)
- Sulczinski, P. G., & Zamperetti, P. M. (2023). Narrativas de uma experiência profissional, artística e pedagógica em oficinas do CAPS. *Revista da FUNDARTE*, 57(57), e1273. <https://doi.org/10.19179/rdv.v57i57.1273>

Editor Associado: Alessandro Teixeira Rezende

Recebido: 09/09/2025

1ª revisão: 06/01/2026

Aceite final: 16/01/2026

Apêndice

Material Complementar

Hirata (2021) discute interseccionalidade entre gênero, classe e raça em contextos de desigualdades estruturais e resistências no trabalho.

Passos (2018) analisa os efeitos do trabalho na saúde mental de trabalhadoras em dispositivos de cuidado psicossocial.

Saffioti (2004) oferece fundamentos teóricos sobre patriarcado, gênero e violência nas relações sociais e institucionais.



O(s) autor(es), 2026. Acesso aberto. Este artigo está distribuído nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que você dê crédito apropriado ao(s) autor(es) original(ais) e à fonte, fornecer um link para a licença Creative Commons e indicar se as alterações foram feitas.